



Acta Scientiarum. Human and Social Sciences
ISSN: 1679-7361
eduem@uem.br
Universidade Estadual de Maringá
Brasil

Petrini de Barros, Aparecida Vânia; Gomes Machado, Maria Cristina
A questão social e política no Brasil em 1919: a visão de Rui Barbosa
Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, vol. 28, núm. 1, 2006, pp. 81-91
Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307324792011>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

A questão social e política no Brasil em 1919: a visão de Rui Barbosa

Aparecida Vânia Petrini de Barros^{1*} e Maria Cristina Gomes Machado²

¹Curso de Direito, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil. ²Departamento de Fundamentos da Educação, Universidade Estadual de Maringá. *Autor para correspondência. e-mail: vpetrini@hotmail.com

RESUMO. Este trabalho analisa o discurso sobre a questão política e social no Brasil da plataforma de governo de Rui Barbosa, apresentada em 1919, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre as transformações que se operavam na sociedade brasileira, em particular as concernentes às questões levantadas sobre a educação. Em termos metodológicos, considera-se que o estudo de uma questão como a educação não pode ser tratada isoladamente do contexto social que a engendra. As proposições de Rui Barbosa, sua obra e suas idéias devem ser entendidas como resultado de sua posição de luta ante as transformações que marcaram a sociedade brasileira no seu processo de industrialização. Rui Barbosa, durante a sua campanha presidencial, tratou de alguns problemas, dentre os quais destacou a educação, que, no seu entendimento, teria que sofrer modificações para se adequar às novas necessidades da sociedade brasileira.

Palavras-chave: questão social e política, pensamento pedagógico de Rui Barbosa, instituições educacionais.

ABSTRACT. The social and political issue in Brazil of 1919: Rui Barbosa's point - of-view. This study analyzes the discourse on political and social issues in Brazil based on Rui Barbosa's platform of government presented in 1919, aiming to contribute to the knowledge on the changes occurring in the Brazilian society at that time, mainly the ones concerning educational matters. The subject though cannot be treated separately from its original social context. Rui Barbosa's propositions, his work and ideas, should be understood as a result of his attitude in fighting in face of the transformations that marked the Brazilian society during its industrialization process. Rui Barbosa, during his presidential campaign, dealt with some problems, making education evident as a subject that, to his understanding, should go through some changes in order to suit the new necessities of the Brazilian society.

Key words: social and political issues, Rui Barbosa's pedagogical thought, educational institutions.

Introdução

Este artigo analisa o discurso sobre a questão social e política no Brasil, juntamente com a plataforma de governo de Rui Barbosa (1849-1923), ambos apresentados em 1919. Esses documentos estão contidos no livro "A Campanha Presidencial de 1919", tomos I e II, publicado pela Fundação Casa de Rui Barbosa, em 1956. Esses volumes contêm sete discursos proferidos pelo autor durante sua campanha nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia. Essa fonte permitiu conhecer, sob a ótica desse autor, as transformações ocorridas na sociedade brasileira após a aceleração de seu processo industrial e os problemas sociais dele decorrentes, nas primeiras décadas do século XX. A análise foi desenvolvida como resultado do projeto de iniciação científica financiado pelo CNPq/UEM

de agosto de 2003 a julho de 2004.

Nesses discursos, Rui Barbosa¹ apontava as transformações e os problemas que a sociedade brasileira estava enfrentando, como a corrupção na política, o descaso dos governantes para com o povo, as péssimas condições de vida e trabalho da classe

¹Rui Barbosa participou ativamente da política brasileira por quase cinqüenta anos. Em 1878, foi eleito deputado pela província da Bahia e, nesse mesmo ano, eleger-se deputado geral. Na Câmara dos Deputados, envolveu-se com a reforma eleitoral, a reforma da instrução pública, a abolição da escravidão, com a federação, entre outras. Participou da Proclamação da República, em 1889, tendo sido Ministro da Fazenda do primeiro governo republicano. Foi também autor de vários projetos, artigos para jornais, discursos, conferências e trabalhos jurídicos. Trabalhou ainda na comissão incumbida de estudar o novo código civil de 1916 enquanto parlamentar (Machado, 2002). Ele representou o Brasil na Segunda Conferência da Paz realizada em Haia, sendo eleito Juiz da Corte de Justiça Internacional de Haia da Liga das Nações (Viana Filho, 1956). Foi candidato à presidência da República duas vezes. Em 1909, saiu candidato a esse cargo em oposição ao candidato oficial, apoiado pelas oligarquias estaduais e pelos grupos militares, Marechal Hermes da Fonseca, entretanto não conseguiu obter a vitória. Em 1919, Rui Barbosa lançou-se novamente candidato à Presidência da República, tendo como seu opositor o candidato apoiado pelas oligarquias, Epitácio Pessoa. Nessa disputa, ele não tinha chance alguma de vitória, além de dispor de apenas três meses para fazer sua campanha. Contudo conseguiu realizar várias conferências e, nessas, dirigiu a maior parte de seus discursos à classe trabalhadora (Gonçalves, 2000).

operária. Citou, também, em um deles, a educação, que, no seu entendimento, teria que sofrer modificações para se adequar às novas necessidades do país. No discurso sobre a “questão social e política”; ele apontou algumas soluções para a melhoria das condições de trabalho e de vida dos operários à medida que se acelerasse o processo de modernização iniciado nas últimas décadas do Império. Nos anos subseqüentes, tais discussões se intensificaram no país, culminando na criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1930) e na elaboração da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1946.

As questões políticas e sociais levantadas por Rui Barbosa durante a sua campanha presidencial permitem compreender as transformações desencadeadas com o desenvolvimento industrial, no início do século XX, assim como as propostas de solução apresentadas. Considera-se que o pensamento de determinado autor, bem como as questões por ele apresentadas acerca da regulamentação do trabalho do operário brasileiro e da educação não podem ser tratadas isoladamente do contexto social que os engendra. As proposições de Rui Barbosa não devem ser consideradas fruto de sua genialidade, mas sua obra e suas idéias devem ser entendidas como resultado de sua posição de luta ante as transformações que marcaram a sociedade brasileira no processo de industrialização do país.

As transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas no século XX

Rui Barbosa viveu durante todo o período da segunda metade do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, tendo exercido uma grande influência na história brasileira. Ele se envolveu em diversas discussões como parlamentar, como jurista e como jornalista, tendo opinado e se posicionado sobre os problemas que a sociedade brasileira enfrentava. Entretanto, faz-se necessário considerar as transformações pelas quais essa sociedade estava passando, relacionando o que ocorria no Brasil com o que estava acontecendo no mundo. Rui Barbosa era um leitor voraz de jornais estrangeiros e de intelectuais que analisavam as mudanças ocorrentes na sociedade capitalista.

Nas primeiras décadas do século XX, alguns países europeus já tinham passado por duas revoluções industriais e encontravam-se em um estágio muito avançado do capitalismo. Passavam de uma fase de livre concorrência para uma fase monopolista, em que o mercado mundial tinha sido dividido entre as potências que já haviam realizado sua revolução industrial. Assim, escreveu Lênin

(1987, p. 11) sobre a fase monopolista do capital referindo-se à dominação de alguns países:

Propriedade privada baseada no trabalho do pequeno empresário, livre concorrência, democracia: todos estes slogans que os capitalistas e suas imprensa s utilizam para enganar os operários e os camponeses estão há muito tempo ultrapassados. O capitalismo se transformou num sistema universal de opressão colonial e de asfixia financeira da imensa maioria da população do globo por um punhado de países “avançados”. E a partilha deste “saque” faz-se entre duas ou três aves de rapina, com importância mundial, armada até os dentes (América, Inglaterra, Japão) que arrastam consigo toda a terra na sua guerra pela partilha de seu saque.

Os países que, como o Brasil, ainda não tinham passado pela revolução industrial tiveram seu desenvolvimento industrial sob a égide do capital financeiro internacional, o que impedia o surgimento de um setor nacional de produção (Hardman e Leonardi, 1982, p. 29). Enquanto os países europeus já tinham deixado a fase de livre concorrência do capital e passado para uma fase monopolista, o Brasil ainda era um país economicamente agrário, onde predominava a grande propriedade agrícola produtora de café e voltada para a pecuária, sendo que a exploração da terra ainda era feita em condições rudimentares.

Os grandes latifundiários eram quem dominava a política e a economia do país e detinham o controle do poder político nacional. Garantiam seu domínio local e participavam do governo de acordo com seu poder econômico e político. Os candidatos eram escolhidos nos conchavos dos gabinetes, sem o conhecimento do povo; assim, os resultados eleitorais não espelhavam a realidade ou os anseios da maior parte da sociedade. O voto não era secreto e a maioria dos eleitores estava sujeita à pressão dos chefes políticos. Era comum a fraude eleitoral, por meio da falsificação de atas, do voto dos mortos e dos estrangeiros. Desde 1894, apenas dois partidos políticos se alternavam no poder, o PRP (Partido Republicano Paulista) e o PRM (Partido Republicano Mineiro). Essa política era a chamada política do café-com-leite e se manteve durante a República Velha (Basbaum, 1976, p. 288). Esse sistema foi garantido pela política dos governadores, que consistia em uma troca de favores entre o governo federal e os governos dos estados; assim, o governo central sustentava os grupos dominantes dos estados e esses, em troca, apoiariam a política do presidente da República. O coronelismo também contribuiu para a manutenção desse sistema político,

uma vez que o “coronel” controlava os votantes em suas áreas de influência. Trocava, junto aos caboclos, votos em candidatos por eles indicados por favores tão variados como um par de sapatos (Fausto, 1996, p. 1998). Monteiro Lobato (1946, p. 250), em 1914, denunciava o “caboclo”, mantido nos arredores das grandes propriedades para votar no candidato do coronel. Escreveu: “Vota. Não sabe em quem, mas vota. Esfrega a pena no livro eleitoral, arabescando o aranhol de gatafunhos a que chama ‘sua graça’”.

Nas últimas décadas do século XIX, o aumento das exportações de café possibilitou o processo de acumulação de capitais no país, principalmente por parte dos cafeicultores paulistas. Uma parte desse capital foi investido em estradas de ferro e nas primeiras fábricas. A expansão cafeeira provocou um significativo desenvolvimento das relações capitalistas no país.

O café já era o principal produto brasileiro de exportação na década de 1840; mas, na segunda metade do século XIX, sobretudo a partir das décadas de 1860 e 1870, a produção cafeeira passou por transformações profundas. A história dessas transformações é a história da formação de novas relações de produção não somente na economia cafeeira mas no conjunto da sociedade brasileira (Silva, 1986, p. 12).

A penetração do capital estrangeiro já era significativa, tornando-se ainda maior no início do século XX. Esse capital, juntamente com os investimentos dos barões do café, impulsionou o desenvolvimento industrial brasileiro (Hardman e Leonardi, 1982, p. 56). Esse desenvolvimento industrial trouxe novas formas de produção e de vida, levando à organização de novos setores sociais: a burguesia industrial e o proletariado. As cidades começaram a urbanizar-se rapidamente, com o êxodo dos trabalhadores rurais para as periferias das cidades e também com a chegada de milhares de imigrantes, que vieram trabalhar nas fábricas brasileiras. Os problemas ocasionados pela industrialização aos países europeus havia mais de um século – os quais, em sua maioria, já estavam sendo lá amenizados – começavam a surgir no Brasil, como, por exemplo, a intensa exploração do trabalhador assalariado e as péssimas condições de trabalho e de vida a que os operários estavam submetidos.

[...] as condições materiais em que se realizava o trabalho nas fábricas eram péssimas, os órgãos dos sentidos eram todos eles igualmente prejudicados pela temperatura artificialmente elevada, pela atmosfera poluída com os resíduos das matérias-primas, pelo barulho ensurdecedor etc., para

falarmos do perigo de vida que advém das máquinas muito próximos umas das outras, as quais produzem sua lista de acidentes da batalha industrial com a regularidade das estações do ano. A diretriz de economizar os meios sociais de produção, diretriz que se concretiza de maneira cabal e forçada no sistema de fábricas, leva o capital ao roubo sistemático das condições de vida do trabalhador durante o trabalho. O capital usurpa-lhe os espaços, o ar, a luz e os meios de proteção contra condições perigosas ou insalubres do processo de trabalho, para não falarmos nas medidas necessárias para assegurar a comodidade do trabalhador (Marx, 1987, p. 487-488).

A classe operária brasileira era formada de trabalhadores de ambos os sexos e de diversas idades e nacionalidades. O trabalho feminino era significativo, a jornada de trabalho era de 15 horas e os salários, baixos; não existia a previdência social, não havia aposentadoria, pensão para familiares, férias ou descanso semanal remunerado, indenização por doenças e acidentes de trabalho. Eram muitos os casos de contaminação, mutilação e morte nas fábricas; existia a exploração do trabalho infantil e era gritante a desigualdade salarial entre homens e mulheres. A burguesia industrial determinava o regime interno do trabalho fabril. As poucas disposições legais e jurídicas do Estado² na matéria tornavam-se, na prática, letra morta: algumas leis, como as leis sanitárias de 1911 e de 1917, nunca foram cumpridas pelos empresários; tampouco a antiga lei federal de 1891 que regulamentava o trabalho infantil nas fábricas (Hardman e Leonardi, 1982, p. 182).

A classe operária estava excluída da participação civil ou política nas instituições da sociedade capitalista republicana, como a grande maioria das massas populares. Essa classe era “[...] formada em sua maior parte por analfabetos e estrangeiros, assim o direito de votar e ser votado nas eleições praticamente inexiste” (Hardman e Leonardi, 1982, p. 191).

Devido às péssimas condições de trabalho, os operários brasileiros começaram a organizar manifestações, greves, sindicatos, congressos, para reivindicar melhores condições de trabalho e de direitos (Fausto, 1996). Os movimentos operários,³

²As discussões sobre a necessidade de fixar as relações de trabalho por meio de uma legislação específica ganharam impulso com as mobilizações operárias. O desinteresse dos políticos brasileiros foi poucas vezes interrompido por alguma medida e algum projeto de lei, como o que propunha indenização por acidente de trabalho apresentado, em 1915, pelo senador Adolfo Gordo, sem obter qualquer resultado prático. Em 1911, foi apresentado um projeto de lei pelos deputados Figueiredo Rocha e Rogério Miranda, fixando a jornada de oito horas, tendo eles recebido a “pecha” de anárquicos subversivos e imorais (Fausto, 1983, p. 223-224).

³O anarcosindicalismo teve papel fundamental nas organizações operárias e nas greves. Acreditavam que seu objetivo seria atingido com a derrubada da burguesia do poder, sem um longo período de transição posterior. Isso seria alcançado por meio de um grande ato: a greve geral revolucionária. O sindicato anarquista, dirigido por comissões que deveriam expressar a vontade dos sindicalizados e não sua vontade própria, representava um esboço da sociedade que pretendiam instaurar. Uma sociedade sem Estado, sem desigualdade, organizada em uma federação livre de trabalhadores (Fausto, 1996, p. 298).

até 1917, não ofereciam muitas preocupações às elites governantes, porém esse ano foi marcado por um ciclo de greves de grandes proporções nas principais cidades do país, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro. Esses acontecimentos foram impulsionados pela carestia, ocasionada, em parte, pela Primeira Guerra Mundial, bem como pela influência da Revolução de Outubro, na Rússia. Os operários⁴ passaram a ocupar as primeiras páginas dos jornais e a preocupper a elite. “A greve de 1917 mostrou a força e coesão do proletariado, indicando que no país se criava uma nova correlação de forças sociais e que o proletário entrava na arena da grande política” (Koval, 1982, p. 145). Dentre outras reivindicações dos grevistas, podemos citar o aumento de salário, a proibição do trabalho de menores de catorze anos, a abolição do trabalho noturno de mulheres e menores de dezoito anos, a jornada de oito horas, a garantia de emprego, entre outras (Fausto, 1996).

As lutas que se colocavam em âmbito mundial tinham repercussões no Brasil. A fase monopolista do capital aproximou os diferentes países, ao ampliar o mercado mundial e acentuar a circulação de capital, de mercadorias e de idéias. Assim, pensar a sociedade brasileira exige compreender que ela não está isolada do contexto mundial (Machado, 2002). Diante desse contexto social, Rui Barbosa, em sua campanha presidencial, em 1919, fez vários discursos, a maior parte dos quais foi dirigida à classe trabalhadora. Ele considerava que essa era quem constituía o trabalho, essa se mostrava mais numerosa a cada dia, assim como estava elevando-se em inteligência e modernidade. Destacou-a, sobretudo, pela importância que ela representava na sociedade brasileira (Barbosa, 1956a, p. 70).

Rui Barbosa em campanha em 1919

Em seus discursos, Rui Barbosa mostrou como se encontravam a sociedade e a política no Brasil, destacando a corrupção política e o descaso como um entrave à modernização da sociedade brasileira. Denunciava também a exploração a que o povo estava submetido e as péssimas condições de trabalho e de vida. Alertava para a falta de regulamentação do trabalho nas fábricas e para as revoluções e as transformações ocorridas em vários países como uma ameaça ao capitalismo.

⁴Em vários aspectos que caracterizam o movimento operário daquele período, dois tipos de manifestações sociais surgiram como fundamentais: as greves operárias, enquanto instrumento básico de mobilização contra o patronato; os congressos, enquanto momentos decisivos da organização política, independentes e próprios dos trabalhadores, baseados nos princípios de livre reunião e da livre expressão, que definiam a democracia operária existente no interior daquelas primeiras associações de classe do proletariado (Hardman, 1982, p. 337).

Rui entendia que, para a melhoria da situação do operário brasileiro, assim como do país em geral, era necessário combater a corrupção, com a eleição de políticos comprometidos com o povo. Defendia a criação de uma educação pública, obrigatória, gratuita e laica, que preparasse o homem para o trabalho e para o exercício da cidadania, e propugnava também a elaboração de uma legislação trabalhista que regulamentasse o trabalho nas fábricas brasileiras, procurando amenizar a exploração do capital sobre o trabalho.

No discurso intitulado “As classes conservadoras”, proferido no dia 8 de março de 1919, no Salão da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Rui Barbosa apontou a corrupção política como sendo o maior mal do Brasil. Segundo ele, a classe política era corrupta, enganosa e falsa, situação que persistia devido à indiferença das classes conservadoras, que deveriam fazer algo para mudar essa situação: “Organizai-vos, intervinde, exigi, e lograreis a regeneração, que todos almejamos” (Barbosa, 1956a, p. 17). As classes conservadoras, para Rui Barbosa, representavam a propriedade e o trabalho e eram constituídas de todas as forças vivas da sociedade, isto é, o trabalho, o capital, a ciência, a lavoura, a indústria, o comércio, a instrução (Barbosa, 1956a, p. 13-14). Elas deveriam lutar por seus interesses, pois eram as mais prejudicadas com a situação vigente e com a que estaria por vir se nenhuma medida fosse tomada para evitá-la. Essa classe deveria se juntar às populares para, por meio do voto, acabar com o “parasitismo” e com o “mal político”.

Na conferência realizada em Juiz de Fora, Minas Gerais, em 2 de abril de 1919, intitulada “Minas Vitoriosa”, o autor comentou os quase 30 anos da República Brasileira, afirmando que, durante todo esse tempo, o povo estava dominado pelas oligarquias e permanecia em silêncio, alheio ao que acontecia no governo. Nenhum candidato ao governo do Estado ou da União tinha conversado com seus eleitores para saber o que desejavam ou do que precisavam. Nunca conversaram sobre “as matérias que lhes interessavam, das suas idéias e tendências, dos seus direitos e compromissos, das suas responsabilidades e garantias” (Barbosa, 1956a, p. 142-143).

Na conferência realizada no Teatro Politeama, na Bahia, em 12 de abril de 1919, Rui Barbosa proferiu o seu discurso intitulado “Corrupção política”. Nele, o autor chamou a atenção para as revoluções sociais e políticas que estavam ocorrendo em outros países, dizendo que essas estariam próximas do Brasil (Barbosa, 1956b, p. 32). Para impedir que essas

revoluções ocorressem no país, era necessário promover reformas eqüitativas.

O autor entendia que essas revoluções não ocorriam sem motivos, mas surgiam do arbítrio do governo sobre o povo. Segundo o autor, o Brasil encontrar-se-ia ameaçado pelas revoluções caso não fossem feitas as reformas necessárias para acabar com a opressão e a corrupção do país. Caberia ao povo brasileiro impedir a anarquia, elegendo um representante capaz de promover as reformas necessárias à manutenção da paz e da ordem no país, na direção do estabelecimento de um governo democrático (Barbosa, 1956a, p. 57). Era preciso, além de acabar com a corrupção política por meio das urnas, regulamentar a situação do operário brasileiro.

Na conferência realizada no Teatro Lírico do Rio de Janeiro em 20 de março de 1919, Rui Barbosa tratou sobre a questão social e política no Brasil, dirigindo seu discurso à classe operária. Nesse discurso, definiu o trabalho como algo sagrado e não como um castigo. Tudo o que nascia do trabalho era bom, justo e útil, e a ele cabia a primazia incontestável sobre a riqueza e o capital.

Ele criticou os políticos que não aceitavam a intervenção do Estado na relação do capital e do trabalho, chamou-os de nefelibatas por pensarem dessa forma, diante das transformações que ocorriam no mundo, principalmente, com o avanço do socialismo. Criticou também aqueles que, em quase trinta anos de poder, nada tinham feito pela causa dos operários. Entendia que a sorte do trabalho era a sorte da indústria e da agricultura – portanto, a sorte do país como um todo – e que nada havia sido feito no sentido de melhorar as condições de vida e de trabalho da classe operária (Barbosa, 1956a, p. 94).

Segundo o autor, o progresso industrial e comercial dependia do capital, e onde não existissem grandes indústrias também não existiriam grandes organizações, grandes fábricas ou grandes sindicatos. O patrão e os empregados deveriam estar mais próximos um do outro e tornar, dessa maneira, menos necessária a intervenção da lei nos problemas decorrentes dessa relação, procurando meios de resolver tais conflitos automaticamente. Era necessário que todos trabalhassem igualmente para a atenuação do antagonismo e das disputas entre o trabalho e o capital.

Rui Barbosa, nesse discurso, retratou as condições de trabalho e de vida dos operários brasileiros. Descreveu as péssimas condições de moradia dos trabalhadores das fábricas do país. Tratou sobre o trabalho infantil. Enfatizou que as crianças, desde os sete anos, já trabalhavam nas

fábricas e não havia piedade para com elas; eram sobrecarregadas com trabalhos que excediam às suas forças e não recebiam nenhum tipo de ensino profissional. Elas se equiparavam aos adultos no trabalho, e até mesmo os menores de catorze e dez anos seguiam o ritmo dos adultos; porém, quanto ao salário, isso não ocorria. Assim como os maiores, os menores concorriam aos serões e trabalhavam habitualmente de nove a dez horas por dia.

De acordo com Boris Fausto (1978, p. 144), no início do século XX, havia um grande número de crianças de 9 a 11 anos trabalhando dia e noite, 12 a 13 horas por dia, em média. Havia também um considerável número de crianças de cinco anos de idade nas fábricas brasileiras. Os menores de dezoito anos constituíam a metade do número total dos operários industriais. Na indústria Matarazzo, havia máquinas especiais adaptadas para o trabalho das crianças. Havia castigos corporais para os meninos aprendizes no caso de cometerem algum erro no trabalho (Carone, 1978).

[...] na fiação e tecelagem Mariângela, do grupo Matarazzo [...] os pequenos tecelões trabalham das 17 às 6 da manhã e chegam a adormecer junto aos teares; no Cotonifício Crespi, “O combate” assiste, em 1917, à entrada de cerca de 60 pequenos, às 7 horas da noite, que deverão sair às 6 horas da manhã e trabalhar, assim, 11 horas a fio, em serviço noturno, apenas com um descanso de 20 minutos, à meia-noite; Na “Fiação e tecelagem de Pereira Stefano e Comp. dos 250 operários, mais da metade são menores inclusive crianças de 12 anos. Trabalham diariamente duas turmas: uma das 6 às 18, ou seja: 12 horas consecutivas de trabalho noturno! (Hardman e Leonardi, 1982, p. 39).

Os relatos feitos não só por Rui Barbosa, mas por vários intelectuais, sobre as condições de vida do trabalhador das fábricas brasileiras e a exploração do trabalho infantil nada têm de original, pois Marx já os tinha descrito quando tratou da evolução das indústrias europeias. Marx (1987), em “O Capital”, quando tratou da maquinaria, apresentou as condições de trabalho e assim descreveu a exploração do trabalho infantil, em vários setores da indústria européia:

[...] Menores realizam trabalhos pesados nas cordoarias, ou trabalham a noite nas salinas, nas manufaturas de velas e noutras manufaturas químicas. Há o emprego criminoso de menores, para rodarem os teares, em tecelagem de seda que não são movidas a máquina. Um dos trabalhos mais humilhantes, mais sujos e mais mal pagos, em que se empregam de preferência o de meninas e mulheres é

o de classificar trapos.[...] As olarias um exemplo clássico de trabalho em excesso, pesado e desproporcionado.[...] São empregados crianças de ambos os sexos de 6 e de até 4 anos. Trabalham o mesmo número de horas que os adultos, muitas vezes mais. Numa olaria de Mosley, por exemplo, uma moça de 24 anos fazia por dia 2.000 tijolos ajudada por duas meninas, que traziam o barro e arrumavam os tijolos. Essas meninas transportavam diariamente 10 toneladas de barro, retirado de uma cova com profundidade de 30 pés e declives escorregadios, e levado a uma distância de 210 pés (Marx, 1987, p. 530-531).

No Brasil, Rui Barbosa comentou os projetos surgidos para regulamentar o trabalho infantil, os quais, entretanto, nunca haviam tido resultados efetivos. Em 23 de janeiro de 1891, foi expedido um decreto para regularizar esse trabalho nas fábricas da capital, o qual fixava o mínimo de idade e limite de horas de trabalho⁵; porém tal decreto, em 1919, ainda não tinha sido regulamentado e as crianças continuavam sendo sacrificadas.

Mais tarde, em 1923, a Câmara dos Deputados discutiu vários projetos para regular o trabalho dos menores. A idade mínima seria de 14 anos e a jornada de trabalho, de seis horas. O projeto foi analisado e não foi aprovado, pois os industriais alegavam que:

[...] na indústria não haverá de fazer coincidir o trabalho dos menores com o dia do operário adulto (8 horas), quando a função do operário de idade inferior a 18 anos, em regra, a de meio e de simples auxiliar do operário adulto; também no comércio a lei é de desastrosas consequências. O resultado é o menor ser afastado pelos patrões e o desemprego trará "fundas perturbações", como inatividade dos menores" e graves consequências "à economia das famílias operárias e da classe média social que , até hoje, sempre contaram com o produto do trabalho de seus filhos para atenderem ao ônus da existência comum" (Carone, 1982 p. 107).

Rui Barbosa tratou, também, do trabalho feminino nas fábricas brasileiras, pois as mulheres realizavam trabalhos tão árduos quanto os homens, porém recebiam salários bem menores, e assim como as crianças e os homens, trabalhavam mais de oito horas por dia. Nessa época, a jornada de oito horas diárias de trabalho já era adotada na Europa. Rui referiu-se também à situação das mães operárias, que não eram respeitadas pela indústria brasileira. Elas não tinham licença-maternidade e trabalhavam até dias antes do parto, sendo descontados do salário os dias em que não trabalhavam, quando não eram

despedidas. Enquanto isso, em todas as partes do mundo, cercavam-se de cuidados a gestação e o parto, o que não ocorria no Brasil.

Rui Barbosa expôs as péssimas condições de trabalho a que estavam submetidos os operários brasileiros. Eram freqüentes, na imprensa, as denúncias de violência sexual contra meninas e mulheres por parte dos mestres e contramestres das fábricas têxteis. As agressões destes contra menores eram freqüentes. Um relato feito pelo operário Jacob Penteado demonstrou que, nas fábricas de vidro, além da violência física contra os menores, eram freqüentes as punições, o alcoolismo e doenças como a tuberculose e a sífilis, inexistindo qualquer medida de higiene nos locais de trabalho. A temperatura da fornalha chegava a um grau insuportável, dentro de barracões de zinco sem janelas nem ventilação. O ar era totalmente poluído pela poeira de vidro, além dos cacos espalhados no chão (Hardman e Leonardi, 1982, p. 180).

Os salários eram muito baixos e trabalhava-se seis dias por semana em uma média superior a dez horas por dia, como desde mais de um século não acontecia na Inglaterra. Não havia salário-mínimo, descanso semanal remunerado e indenização no caso de acidente. As fábricas ofereciam péssimas condições higiênicas, a ventilação e a iluminação eram precárias e a isso somava-se a má qualidade da água disponível para os operários. A situação insalubre do ambiente de trabalho levava o trabalhador a se contaminar com muitas doenças, como a tuberculose. A jornada de trabalho era longa e era aumentada ou reduzida arbitrariamente, de acordo com as exigências da produção; as horas extras nem sempre recebiam remuneração ou eram pagas. Muitos estabelecimentos empregavam no trabalho noturno mulheres e menores, que, juntamente com os demais operários, revezavam-se por período de oito a dez horas (Hardman e Leonardi, 1982).

Rui Barbosa se referiu, também, às condições de vida e moradia da classe operária. As condições de vida eram péssimas, os aluguéis eram altos. Nos bairros de maior atividade industrial, formaram-se os primeiros núcleos de população operária. Houve um grande crescimento demográfico, surgindo daí várias consequências, como a falta de habitação decente e barata. Esses fatores levavam o trabalhador a morar em habitações coletivas, de modo que famílias inteiras eram obrigadas a viver em locais estreitos, pouco arejados e insalubres, em processo de degradação moral. Eram construções rústicas, de madeira ou outros materiais baratos, localizadas em terrenos íngremes ou alagadiços, em morros ou

⁵Nas pesquisas realizadas até o momento, não foram encontrados a idade e o limite de horas impostos pelo decreto. Em 1917, foi estabelecida uma lei que fixava o limite de idade em catorze anos e seis horas por dia (Carone, 1977).

várzeas inóspitas. Os casebres e os cortiços multiplicavam-se próximo aos estabelecimentos industriais, em ruas infectas e sem calçamento, denunciando a precária situação socioeconômica do trabalhador (Moura, 1982, p. 24).

Rui Barbosa também descreveu as condições de moradia e de vida dos trabalhadores brasileiros, dizendo que a situação em que eles viviam era semelhante à dos escravos nos navios negreiros:

Até agora o abrigo das classes proletárias é, habitualmente, a “casa de cômodos”, ou a triste arapuca de retalho de zinco, latas de querosene e caixas de sabão. Na “casa de cômodos” se atestam criaturas humanas como sacos em tulhas, numa promiscuidade inconcebível, que lembra os quadros do tráfico negreiro: os porões coalhados de homens, mulheres e crianças, como de fardos mortos, numa tortura de mil torturas, que gela a imaginação transida e horripilada. Os covis de serrafos e folhas de Flandres se agacham e perduram vacilantes, à encosta dos morros suspeitos, como canis de rafeiros maltratados, onde estes humanos se dão a si mesmos a ilusão de estarem ao abrigo das intempéries, das sevandijas, dos bichos daninhos, que por toda a parte os varejam e infestam (Barbosa, 1956a, p. 88).

De acordo com Carone (1978, p. 195), as condições de vida do operário resultavam do sistema de trabalho. Os locais de trabalho se situavam em determinados bairros, como o Brás, Bexiga e Barra Funda em São Paulo, Jaboatão e São José no Recife e Zona Sul na cidade do Rio de Janeiro. Os aluguéis eram caros, o custo de vida alto e os salários, por sua vez, insuficientes para o sustento da família, tornando necessário o trabalho de mulheres e de crianças. O trabalho destas ocasionava um excesso de mão-de-obra e, por causa disso, os empregadores submetiam a condições vexatórias os trabalhadores das fábricas. Como já foi exposto, as fábricas geralmente eram instaladas em prédios sem condições higiênicas e de segurança, e quase todas constituídas viciosamente. Carentes de instalações apropriadas e de espaços para máquinas e operários, iluminação, ventilação e instalações sanitárias, elas eram uma ameaça para a saúde das operárias. Essas, além das chamadas doenças profissionais, inerentes à função profissional que exerciam, sofriam as consequências da promiscuidade e da falta de dispositivo destinado a preservar-lhes a saúde. Ocorriam mutilações e, às vezes, morte. Como não havia assistência hospitalar nem qualquer outra medida preventiva, os atingidos pelos acidentes de trabalho ou por doenças não possuíam nem a mínima garantia de indenização (Moura, 1982, p. 45-46).

Rui Barbosa, ao tratar dos acidentes de trabalho, comentou a lei de 15 de janeiro de 1919 que

regulamentava tal questão. Para o autor, a lei aprovada não regulava tudo o que deveria sobre o assunto, deixando de tratar dos trabalhadores das pedreiras e minas. Em seu entendimento, essa lei não correspondia ao que tinha sido anunciado, uma vez que não cumpria o prometido, não assegurando a reparação dos acidentes (Barbosa, 1956a, p. 95).

A primeira das medidas apontadas como necessárias por Rui Barbosa para melhorar as condições de vida do trabalhador dizia respeito a um dos grandes problemas que atingiam a classe operária: o seguro-desemprego; a segunda medida seria a igualdade dos sexos perante o trabalho. O elemento feminino do operariado sofria uma grande desigualdade, como apontado anteriormente. As mulheres deveriam receber o mesmo salário de um operário, se ambos fossem submetidos a iguais condições de trabalho e de jornada. A terceira medida era a exclusão do trabalho do menor nas atividades agrícolas ou industriais, deixando-se assim de explorá-los. Deveria ser estabelecido, em lei, o mínimo de idade para o trabalho infantil, assim como as horas de trabalho e o salário. Segundo o autor, essas medidas eram necessárias para a conservação das classes, “para a preservação geral da coletividade” (Barbosa, 1956a, p. 105).

Outra questão por ele colocada foi a necessidade de regulamentação do trabalho noturno para todo o proletariado, com providências que o vedassem ou reduzissem aos casos de necessidade inevitável, mas sempre sob uma inspeção oficial, para evitar abusos.

Expôs que o número de operárias estava crescendo e com ele o número de operárias gestantes. Pedia proteção para elas no mês antecedente e no subsequente ao parto. Para o autor, essa seria uma medida necessária e de interesse de toda a sociedade, e tais medidas caberia ao Estado realizar, pois elas iriam evitar o “decaimento da espécie, prevenir a degeneração do tipo nacional, manter as qualidades saudáveis do povo” (Barbosa, 1956a, p. 107).

As medidas que deveriam ser tomadas na questão operária não eram compatíveis com a constituição então vigente⁶; por isso, era necessária uma revisão constitucional para habilitar o poder legislativo a tomar as medidas exigidas pela questão social. Ele defendeu a reforma constitucional e criticou aqueles que eram contra ela. Segundo Rui Barbosa, todo o povo brasileiro estava descontente com a Constituição, devido aos abusos em sua execução e aos erros e lacunas nela existentes. Entendia que a constituição não devia ser utilizada como

⁶Constituição de 1891, que teve seu texto aprovado em vinte e quatro de fevereiro do mesmo ano.

instrumento que privasse de seus direitos aqueles a quem ela deveria proteger.

Segundo o autor, a Constituição brasileira não correspondia à consciência jurídica do universo, pois ela ainda continha normas da declaração dos direitos consagrados no século XVIII, e essas já não eram suficientes para regular os conflitos que estavam surgindo com as novas relações de trabalho em implantação no país. Para Rui Barbosa, era necessário efetuar mudanças na Constituição, para que assim pudessem ser implantadas as medidas necessárias à modernização do país. Entretanto essas mudanças deveriam ser feitas com “eqüidade, bondade, reconstituindo e não destruindo”, apoiando-se na caridade, na solidariedade, devendo cada camada social reparar o que devesse a outra (Barbosa, 1956a, p. 114).

A reforma deveria ocorrer pelo voto, pois es se era a primeira arma do cidadão para acabar com os males do país. Era preciso acabar com os privilégios de políticos que parasitavam o povo, vivendo dos impostos pagos por este. Concluiu enfatizando que, diante de tantas injustiças e fraudes eleitorais quando se realizavam eleições, o operário brasileiro deveria cuidar do Brasil; deveria fiscalizar a realização das eleições, para que fosse eleito alguém capaz de implantar reformas modernizadoras da sociedade brasileira. Só assim se acabaria com a corrupção política e com a exploração do povo e se melhorariam as péssimas condições de vida do operário brasileiro. Considerava importante também a organização da escola para o povo.

A proposta de organização de um sistema nacional de ensino

Nas primeiras décadas do século XX, a educação continuava como no Império, não tendo ocorrido, com a proclamação da República, mudanças sensíveis no sistema escolar brasileiro. Eram poucas as pessoas que tinham acesso à educação escolarizada. Não havia escolas suficientes, faltavam professores preparados para exercer o magistério, ocorriam alterações freqüentes na orientação pedagógica, em consequência dos jogos político-partidários. Em geral, o sistema de ensino existente atendia apenas os filhos das elites brasileiras e caracterizava-se como uma instituição que, pelos “[...] métodos que difundia, produzia e consolidava os valores da minoria dominante” (Xavier *et al.*, 1994, p. 133). A instrução primária estava a cargo dos estados, ficando o governo federal com a responsabilidade do ensino secundário e superior, níveis que estavam voltados para as elites.

No final do Império, muitos políticos e intelectuais, devido às novas formas de trabalho que começavam a ser implantadas no país, principalmente com a libertação do escravo, discutiam a necessidade de uma escola pública sob a responsabilidade do Estado. Essa deveria educar o escravo liberto para o trabalho e treinar os trabalhadores para o trabalho assalariado.

[...] Desejava-se criar uma escola com a finalidade de mobilizar os homens em torno da modernização; criar uma alma nacional capaz de canalizar as forças individuais para o trabalho excedente que não sendo uma exigência do indivíduo necessita ser persuadido. Como as relações sociais de produção que compõem o indivíduo a trabalhar para outro, ainda não existia para exercer a coação externa, acredita-se que a educação escolar poderia fazê-lo ensinando o valor do trabalho. Criava-se o desejo de persuadir os indivíduos ao trabalho assalariado pela educação (Schelbauer, 1998, p. 130).

Assim como diversos intelectuais da época, Rui Barbosa discutia as questões educacionais que se colocavam com as transformações das relações de trabalho. Ele elaborou o parecer sobre o Decreto n. 7.247, de 19 de abril de 1879, do Ministro Leônicio de Carvalho, e o projeto para reformar o ensino no Brasil. Sua proposta foi organizada e publicada nos livros “A reforma do ensino secundário e superior”, escrito em 1882 (1942), e “A reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública”, escrito em 1883 (1947). Ele redigiu assim um importante diagnóstico sobre a situação da educação brasileira, tomando como referência para fundamentar suas propostas os exemplos de vários países europeus. Esse projeto “[...] era um tratado do que havia no mundo de mais moderno em educação” (Gonçalves, 2000, p. 40).

Segundo as propostas do autor no seu projeto e pareceres para a reforma do ensino, a educação deveria preparar os indivíduos para a vida, privilegiando novos conteúdos, como ginástica, música, canto e, principalmente, o ensino de ciências. “Esses novos conteúdos, associados aos conteúdos tradicionais, deveriam ser ministrados de forma que desenvolvesse no aluno o gosto pelo estudo e sua aplicação” (Machado, 2002, p. 136). Deveria ser introduzida a ciência na instrução popular desde os primeiros anos escolares, substituindo o ensino retórico e livresco que existia. Ele propunha a restauração de um programa científico e literário que se utilizasse amplamente do método experimental, sem relação com a religião oficial.

O autor entendia que tais reformas no sistema de ensino eram necessárias para tornar o país civilizado. Assim como outros intelectuais da época, ele

considerava a educação como uma necessidade social, e essa instrução deveria estar “[...] voltada para a vida, deveria estar carregada de conteúdos científicos formando o trabalhador e o cidadão” (Machado, 2002, p. 137). Rui Barbosa pensava que, se todas as crianças freqüentassem a escola, assegurando-se a todas uma boa educação moral, seriam formados eleitores inteligentes, que estariam sempre buscando a liberdade. Ele acreditava que, com a reforma educacional, seria possível desencadear transformações na sociedade por meio da inteligência nacional, formando um indivíduo apto para o trabalho livre, tendo em vista que o trabalho escravo era utilizado no país⁷. A educação poderia desenvolver habilidades necessárias ao trabalho livre, desde que seus conteúdos fossem úteis e de caráter prático.

A educação, para Rui Barbosa, poderia contribuir para a promover a transformação do país em diversas instâncias. Ele propõe a educação técnica e científica com vista à preparação do escravo liberto e do trabalhador nacional para o trabalho agrícola e principalmente industrial. Preocupava-se com a preparação do homem para exercer a cidadania, participar como cidadão esclarecido da vida política do país, país este democrático. O sufrágio universal estava diretamente ligado a necessidade de instrução (Machado, 2002, p. 147).

Durante toda a República Velha, permaneceu o debate sobre a necessidade de uma educação nacional pública. Muitos intelectuais faziam a defesa da oferta de uma escola laica, obrigatória e gratuita para o povo; assim, caberia ao Estado se responsabilizar, principalmente, pela instrução primária. Esse nível de ensino deveria promover o ensino da língua pátria, de história e de geografia do Brasil. Foram organizadas campanhas proclamando a necessidade da difusão da escola primária. “Eram lideradas por políticos que reconheciam a necessidade, em especial, da escola primária, com base na nacionalidade, introduzindo uma nação patriótica através do ensino cívico” (Ribeiro, 1993, p. 82-83).

Após a proclamação da República, ocorreu um intenso fluxo migratório, que resultou no aumento da mão-de-obra, a qual, muitas vezes, já vinha preparada para o trabalho livre. A maioria desses imigrantes que se dirigiram para o Brasil à procura de uma vida melhor originavam-se de países europeus industrializados, assim já estavam preparados para trabalhar nas fábricas. Dessa forma, a necessidade de mão-de-obra qualificada fora

suprida com o imigrante. A educação popular continuou em debate, porém sob um novo enfoque: ela deveria formar o trabalhador para a cidadania, pois era preciso integrar o imigrante, que viera constituir a mão-de-obra livre assalariada nacional (Schelbauer, 1998, p. 59.).

A nova perspectiva dada à educação estava ligada à consolidação da República, e ela, segundo se acreditava, levaria, juntamente com a nova organização do trabalho, à modernização da sociedade brasileira. Para isso, cogitou-se a possibilidade de a educação escolar e de o sistema nacional de ensino serem o “fundamento para criar uma alma nacional”.

É nesse contexto que a educação do povo é apontada como elemento fundamental na formação para a cidadania, cabendo ao Estado a sua propagação com o objetivo de tornar a sociedade mais participativa e democrática; bem como criar a unidade nacional, a qual se acreditava inexistente, podendo ainda ser gravada pela presença dos inúmeros imigrantes, principalmente alemães, num momento onde as disputas imperialistas se acirravam mundialmente (Schelbauer, 1998, p. 59).

Com a industrialização brasileira, tornou-se necessário estender a educação a um número maior de pessoas. O ensino precisava transformar-se para atender às exigências criadas pelas novas formas de produção. Além de uma mão-de-obra mais qualificada para o trabalho, considerava-se que, para o desenvolvimento do sentimento de nacionalidade, era necessária a alfabetização, com a qual os trabalhadores, antes analfabetos, ganhariam o direito ao voto. Por meio desse voto, poderiam mudar a política brasileira, favorecendo o desenvolvimento da indústria nacional. Acreditava-se, assim, que a educação poderia contribuir para civilizar e modernizar a sociedade.

Em seus pareceres, Rui Barbosa já apontava a educação necessária à formação de cidadão. Ele via necessidade de alfabetizar o povo brasileiro para que esse adquirisse o direito ao voto e participasse da política brasileira. A escola deveria formar cidadãos conscientes e prepará-los para votar “acertadamente”. Eles escolheriam um representante que promoveria as reformas necessárias à modernização da sociedade.

No entendimento de Machado (2002, p. 145), a reforma educacional proposta por Rui Barbosa não era utopia. Ela era resultado das lutas humanas travadas no momento em que as contradições do capital estavam sendo colocadas em xeque.

⁷O trabalho escravo foi abolido de forma gradual no Brasil. Com a Lei do Ventre Livre (1871), aboliaram-se os filhos dos escravos; com a Lei do Sexagenário (1885), aboliu-se o escravo que completasse 65 anos de idade, culminando com a abolição completa da escravatura em 1888.

Os pareceres de Rui Barbosa sobre a educação, consoantes com as questões mundiais, colocaram, como fundamental o ensino de ciências voltad as para a vida privada – formação profissional – e para a vida pública – formação do cidadão. O conteúdo científico colocava-se como exigência da sociedade brasileira para disciplinar a mão-de-obra, melhorar a produção e continuar concorrendo no mercado mundial (Machado, 2002, p. 145).

No projeto e nos pareceres de Rui Barbosa, a instrução aparece como uma das condições para a manutenção da ordem burguesa. Ela poderia funcionar como um expediente para conter o avanço das idéias socialistas, que pregavam a revolução social, e contribuiria para a disseminação dos ideais que viriam a construir a social-democracia.

Conclusão

Rui Barbosa participou ativamente da política brasileira por quase cinquenta anos. Durante esse tempo, lutou por várias reformas na política e na sociedade. Era uma mente brilhante e sempre atenta aos acontecimentos do Velho Mundo e da América do Norte. As suas idéias e propostas eram, na sua maioria, resultantes dos seus estudos sobre o que era aplicado em outros países, com os quais ele tinha contato por meio das leituras que fazia. Acompanhava as transformações em curso em várias partes do mundo e via necessidade de fazer reformas em vários setores da sociedade brasileira, para impedir que ocorressem transformações radicais na estrutura política e econômica do país, como tinha ocorrido na Rússia em 1917.

Entre os anos de 1917 e 1919, ocorreram várias greves e congressos organizados pelos operários brasileiros, que reivindicavam melhores condições de vida e de trabalho para o trabalhador, a regulamentação da jornada de trabalho, do trabalho da mulher e do menor, aumento de salários, entre outras questões. Esses movimentos tinham ganhado mais força e começavam a preocupar a élite brasileira, que até então tratava esses movimentos como casos de polícia. Essas medidas que a classe operária reivindicava e que Rui Barbosa colocou como uma de suas propostas de governo já tinham sido implantadas nas indústrias europeias havia algum tempo. Não só Rui Barbosa, mas também vários outros políticos brasileiros discutiam essa questão. Foram apresentados vários projetos de lei para regulamentar o trabalho das fábricas; algumas leis se tornaram vigentes, porém nunca foram efetivadas.

Rui Barbosa via a necessidade dessa reforma não só para impedir que ocorresse m revoluções no país,

mas porque elas vinham ao encontro dos anseios da burguesia industrial que se formava. E à qual queria a modernização da sociedade brasileira para se desenvolver, escolhendo Rui Barbosa como o portavoz de suas aspirações. Verificamos, nos discursos analisados, que o intelectual e político baiano defendeu uma plataforma de governo que buscava conciliar o trabalho e o capital. Para tanto, considerou importante a intervenção do Estado como mediador dessa relação, no sentido de criar uma legislação que evitasse as greves, tão prejudiciais à produção, e que amenizasse as reivindicações da classe trabalhadora. Essa solicitava redução da jornada de trabalho, regulamentação do trabalho infantil e das mulheres, educação, entre outras reivindicações. O discurso de Rui Barbosa ressoou na época, embora ele não tivesse sido eleito⁸, devido ao novo conteúdo apresentado, que destacava as questões sociais e políticas do Brasil.

Referências

- BARBOSA, R. Campanha presidencial 1919. In: BARBOSA, R. (Ed.). *Obras completas de Rui Barbosa*. v. XLVI, 1919. t. I (a) e II (b). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.
- BASBAUM, L. *História sincera da república de 1889-1930*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- CARONE, E. *O Pensamento industrial no Brasil (1880-1945)*. São Paulo: Difel, 1977.
- CARONE, E. *República velha: I instituições e classes sociais (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1978.
- CARONE, E. *O movimento operário no Brasil*. São Paulo: Difel, 1982.
- FAUSTO, B. *O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. v. 2, t. III. São Paulo: Difel, 1978.
- FAUSTO, B. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Difel, 1983.
- FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp: Fundação para o desenvolvimento da educação, 1996.
- FILHO, L.V. *A vida de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1960.
- GONÇALVES, J.F. *Rui Barbosa: pondo as idéias no lugar*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- HARDMAN, F.F.; LEONARDI, V. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global, 1982.
- KOVAL, B. *História do proletariado brasileiro 1857 a 1967*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.
- LÊNIN, V.I. *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1987.

⁸Uma das hipóteses para que ele não tenha sido eleito era o fato de haver fraudes eleitorais favoráveis ao governo vigente e por representar um setor incipiente na sociedade brasileira, composto pelos industriais e pelos trabalhadores urbanos. Saíu-se vitorioso nas grandes cidades, mas foi derrotado nas pequenas.

- LOBATO, J.B.M. *Urupês*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1946. (Obras Completas).
- MACHADO, M.C.G. *Rui Barbosa pensamento e ação*. Campinas: Autores Associados; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Betrand Brasil- Difel, 1987.
- MOURA, E.B.B. *Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- RIBEIRO, M.L.S. *História da educação brasileira: a organização escolar*. Campinas: Autores Associados, 1993.
- SCHELBAUER, A.R. *O debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914*. Maringá: Eduem, 1998.
- SILVA, S. *A expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.
- XAVIER, M.E.S.P. et al. *História da educação: a escola no Brasil*. São Paulo: FTD, 1994.

Received on April 04, 2006.

Accepted on June 19, 2006.